



UNIVERSIDADE VOLTADA AOS PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO ENSINO EM RELAÇÃO COM A EXTENSÃO E A PESQUISA.

Carmen Luiza Da Silva
Ana Margarida De Leão Taborda
Maria Antonia De Souza

RESUMO

O objetivo deste trabalho é caracterizar os processos de emancipação que emergem das políticas e práticas universitárias com ensino, extensão e pesquisa. A metodologia adotada integra análise documental e entrevistas com coordenadores, alunos da graduação e professores da Educação Básica que estão envolvidos em projetos da universidade com a comunidade. Foram analisados documentos de projetos e núcleos de pesquisa existentes na Universidade Tuiuti do Paraná. Os projetos de pesquisa intercursos e interinstitucionais foram foco da investigação, de modo a revelar como que a universidade contribui para os processos de emancipação durante a formação acadêmica. Constatou-se que os projetos da universidade atendem pessoas com demandas diversas, a exemplo dos catadores de materiais recicláveis; professores da Educação Básica; empresários; gestores da educação entre outros segmentos. Por meio da participação nesses projetos os alunos têm relatado a ampliação da visão de mundo e o aprofundamento conceitual a partir da análise dos problemas que afligem a sociedade. Os professores coordenadores de projetos destacam a ressignificação do ensino e da prática profissional. Os professores da Educação Básica destacam a possibilidade de problematização da própria realidade e prática de ensino.

Palavras-chave: Universidade, Emancipação, Responsabilidade Social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de caracterizar os processos de emancipação que emergem das políticas e práticas universitárias que articulam ensino, extensão e pesquisa. A Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), localizada na cidade de Curitiba foi o local escolhido para a investigação. A instituição conta com diversos projetos de extensão e de pesquisa envolvendo a comunidade local, a região metropolitana de Curitiba e outras regiões do Brasil, a exemplo do Projeto Rondon.

A investigação tem caráter participante e os dados empíricos foram registrados a partir de documentos, entrevistas e observação feita pelos autores do trabalho. O estudo desenvolveu-se nos últimos sete anos, haja vista que nesse período a instituição fortaleceu a política de extensão e de pesquisa, tendo o lema da promoção humana como incentivador das experiências coletivas. Foi nessa conjuntura de 2005 a 2011 que a instituição organizou os cursos de Doutorado nela existentes, ampliou o número de cursos de Mestrado e, especialmente a Especialização em diferentes áreas. Esses programas surgiram da consolidação da pesquisa na instituição, por meio dos grupos, núcleos e projetos de pesquisa.

Os núcleos de pesquisa desenvolvem ações que dão conta das demandas sociais, a exemplo da educação especial, núcleo de prática jurídica, educação a distância, atendimento clínico na área de Odontologia e de Psicologia, entre outras, núcleo de pesquisa em Geografia e questões ambientais, diversos núcleos de pesquisa envolvendo os cursos de licenciatura. Essas iniciativas foram observadas durante os últimos anos e, recentemente foram entrevistados alunos e professores da instituição que coordenam projetos de pesquisa. Ainda, foram entrevistados seis professores da Educação Básica que participam de projeto de pesquisa voltado aos estudos da educação rural.

Ao lado das práticas e experiências coletivas, a instituição formalizou a política de integração universidade-comunidade, em documento que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação. Também, os programas de pós-graduação têm garantida política de pesquisa por meio de instruções normativas institucionais e instruções externas oriundas da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Para analisar essas políticas e práticas, o eixo teórico central foi a discussão sobre universidade e o seu papel social, ao lado da categoria emancipação tão enfatizada nos estudos sobre responsabilidade e compromisso social. O texto está organizado em três partes, a saber: A primeira descreve processos formativos em desenvolvimento na UTP. A segunda discute universidade e responsabilidade social mediante a apresentação dos principais núcleos de intervenção e investigação. A terceira apresenta os processos de emancipação que foram constatados na instituição universitária.

PROCESSOS FORMATIVOS VOLTADOS À EMANCIPAÇÃO

A Universidade Tuiuti do Paraná conta com dezenas de projetos de pesquisas. Diversos cursos de extensão e cursos de especialização lato sensu. Também, possui três cursos de Doutorado e cinco cursos de Mestrado. Possui 51 cursos de graduação. São 25 cursos de especialização. Aproximadamente 71 cursos de extensão oferecidos anualmente. Um evento

anual de pesquisa que está em sua 15ª edição. Adiante estão descritos os diferentes espaços de desenvolvimento dos processos formativos que possuem caráter emancipatório.

A universidade conta com **pesquisa em rede**, a exemplo do projeto vinculado ao Observatório da Educação – CAPES – voltado à intervenção pedagógica na área do letramento, nas escolas rurais da região metropolitana de Curitiba. Da mesma forma, projetos e **intercâmbios internacionais** têm sido desenvolvidos na instituição, a exemplo do projeto FIPSE/CAPES que possibilita aos alunos da graduação e da pós-graduação o trabalho com as tecnologias educacionais em sua relação com os alunos que possuem necessidades especiais. Nesses projetos interinstitucionais, os alunos da graduação estão em trabalho direto com os alunos da pós-graduação *stricto sensu* e em relação constante com a comunidade que participa dos mesmos. A comunidade é composta, nesses projetos, de professores da rede pública, da Educação Básica.

O **Núcleo de Práticas Jurídicas** tem desenvolvido diversas iniciativas que articulam ensino, extensão e pesquisa. Os alunos do curso de Direito têm possibilidade de participar do Projeto Horizontes do Tribunal Regional do Trabalho. Participam atividades de levantamento, análise das fases processuais e participam dos processos de conciliação na resolução de casos que têm cerca de 20 a 30 anos, e que foram interrompidos por falta de ação de algumas das partes envolvidas.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão tem norteado as ações no âmbito **curricular**, a exemplo dos Estudos Interdisciplinares presentes em todos os cursos de Graduação. Fundamenta as ações desenvolvidas em **parcerias**, a exemplo do Fórum de Direitos Humanos. Os Estudos Interdisciplinares constituem momentos pedagógicos semestrais, que integram a grade curricular, que propiciam debates sobre os problemas atuais da sociedade brasileira, além de propiciarem reflexões sobre as tendências teóricas nas ciências.

Os **núcleos de pesquisa** pertencentes à Universidade Tuiuti do Paraná são exemplares da articulação entre a comunidade externa e a comunidade universidade; entre a graduação e a pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*); entre os professores de diferentes cursos. São núcleos que possibilitam o trabalho vinculado a direitos humanos; saúde; educação; novas tecnologias; estudo dos clássicos das ciências sociais no Direito, entre tantos outros temas e problemáticas de interesse da sociedade brasileira.

Tais exemplares das práticas educativas e científicas desenvolvidas na UTP revelam o formato da política de interação universidade-comunidade e expressam a efetivação do princípio educacional da indissociabilidade ensino, extensão e pesquisa. A integração da UTP com outras instituições de ensino, no país e no exterior, tem propiciado a interação dos discentes e docentes locais com núcleos de pesquisas, a exemplo dos projetos desenvolvidos com Espanha, Portugal, Estados Unidos e universidades brasileiras. Por sua vez, intensifica-se, também, a produção e divulgação coletiva do conhecimento por meio de publicação em periódicos, livros e comunicações em eventos científicos.

Trabalha-se com a produção do conhecimento de modo crítico, criativo e competente, tal como afirma Severino (2002, p. 122), para quem:

A competência técnica impõe algumas condições lógicas, epistemológicas e metodológicas para a ciência: a exigência de aplicação do método científico, da precisão técnica e do rigor filosófico. A exigência da autonomia e liberdade de criação tem a ver com a atitude, as condições de pesquisador;

referindo-se à criatividade e ao impulso criador. A criticidade é a qualidade da postura cognoscitiva que permite entender o conhecimento como situado num contexto mais amplo e envolvente, que vai além da simples relação sujeito/ objeto. É a capacidade de entender que, para além de sua transparência epistemológica, o conhecimento é sempre uma resultante da trama das relações sócio-culturais.

Articulando ensino, pesquisa e extensão, a intencionalidade política volta-se à produção coletiva do conhecimento e aos processos de emancipação que se efetivam no plano individual e coletivo; no plano institucional e interinstitucional; na relação com as pessoas das comunidades envolvidas nos diversos projetos universitários. Vive-se a tríplice dimensão da pesquisa, nos termos expostos por Severino (2002, p. 122). Para ele:

De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Conhece-se construindo o saber, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Tem ainda uma dimensão: a perspectiva da extensão.

O sentido da produção do conhecimento está na sua função social, ou seja, gerar impactos na sociedade e possibilitar a universalização, o amplo acesso da população, sobre o que é produzido.

A produção do conhecimento necessita de vínculo com a comunidade mais ampla ou mesmo a localidade. Para isso, o plano de integração entre instituição universitária e comunidade, bem como de articulação entre ensino, extensão e pesquisa assenta-se no pilar da dialogicidade.

Os projetos de extensão e de pesquisa são elaborados em função das demandas sociais gerais e daquelas oriundas da comunidade universitária. É assim que os projetos da UTP atendem pessoas com demandas diversas, a exemplo dos catadores de materiais recicláveis; professores da Educação Básica (do espaço urbano e do espaço rural); empresários; gestores da educação entre outros segmentos.

O plano de integração entre ensino, extensão e pesquisa da UTP, caso em foco neste artigo, fundamenta-se numa perspectiva teórico-metodológica em que a **participação dos envolvidos** é o que dá especificidade à relação educativa, formativa e científica inerente ao ambiente acadêmico, e aos processos de emancipação dos sujeitos.

A extensão universitária tem sido uma das possibilidades de superação da dimensão técnica - prestação de serviços -, pois possibilita a construção de conhecimentos num espaço privilegiado de relações. Além de incentivar o desenvolvimento de ações na esfera da responsabilidade social, por meio da relação governo e sociedade civil, ou mediante articulação entre entidades e organizações da própria sociedade civil.

O diálogo entre professores, alunos e comunidade envolvida nas atividades é o que possibilita a efetivação de direitos e o levantamento de problemáticas de interesse social. Bem verdade que a universidade não consegue solucionar problemas sociais que historicamente foram enraizados na sociedade brasileira, porém consegue temas e problemas da conjuntura atual na pauta acadêmico-científica. Com isso, amplia os horizontes daqueles que serão os futuros profissionais da e para a sociedade brasileira.

A extensão no Brasil, durante muito tempo, recebeu qualificações como prestação de serviços, transmissão de conhecimento, doação, messianismo, invasão cultural, mecanicismo.

Na atual conjuntura, a sociedade tem sido marcada por redes sociais e comunicacionais. Trata-se de uma das alternativas, ao lado das demandas sociais que têm sido feitas ao Estado, para amenização das desigualdades sociais, injustiças, situação precária de saúde, educação dentre as carências da população. A extensão universitária adquire o caráter de rede no momento em que possibilita o desenvolvimento de projetos articulados com outras entidades da sociedade civil organizada e, com as faculdades ou centros que integram a instituição universitária.

Na esfera universitária, os projetos de extensão e de pesquisa objetivam relacionar os conhecimentos socialmente construídos, o conhecimento trabalhado nas salas de aulas e nas pesquisas, com a realidade cultural, social, econômica e política da comunidade envolvida.

A dimensão da responsabilidade social deve ser destacada, uma vez que a entidade privada propõe-se a desenvolver um processo educativo, participativo e formativo com um grupo social marcado pela exclusão, expropriação, desigualdade social, mas que resiste mediante a organização de alternativas para a sobrevivência.

Gohn (1999, p. 32) afirma que

Um dos grandes desafios contemporâneos é envolver os jovens nas atividades participativas, principalmente o tipo de jovem que pouco se interessa pela política, e pouco participa de movimentos, partidos e/ou sindicatos (...) é necessário formar pessoal especializado para que se realize a educação de um povo, em termos de formar/informar cidadãos ativos, conhecedores de seus direitos e deveres, assim como a estrutura e o funcionamento da administração pública.

Neste contexto, podemos incluir a extensão universitária como espaço de desenvolvimento de processos formativos emancipatórios. E, também os núcleos de pesquisa que, de certo modo, reforçam a continuidade dos estudos entre os graduandos. São inúmeros os casos de egressos da graduação que fizeram sua pós-graduação na própria instituição ou em outras instituições e, atualmente trabalham como professores doutores nos projetos de pesquisas institucionais.

Em síntese, os processos educativos voltados à emancipação desenvolvem-se na relação entre alunos, professores, comunidade envolvida, instituições e organizações parceiras dos projetos de pesquisa e de extensão. São objetivos comuns que se confluem em projetos e intervenção, em alguns casos. Em outros casos, as parcerias são construídas com sujeitos coletivos e institucionais diferentes, mas que se aproximam pelo interesse em intervir em alguma problemática que afeta a sociedade.

Os processos educativos são marcados pelo estudo e diagnóstico dos problemas que afetam a sociedade; estudos e reflexões conceituais; análises e intervenções em casos concretos; sistematização dos conhecimentos e das ações desencadeadas e, por fim, a divulgação das ações e resultados, junto à própria comunidade e nos eventos científicos. Desse processo educativo, espera-se que profissionais críticos e criativos estejam atentos às necessidades e possibilidades de intervenção na sociedade, sempre na busca por um projeto socioambientalmente sustentável.

UNIVERSIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A universidade figura no ápice da cadeia de formação de cidadãos e seu papel no contexto social vem sendo rediscutido. Como entidade produtora e transmissora de conhecimento, legitima seu caráter emancipador e libertador do ser humano. Mas, é preciso repensar a sua responsabilidade ética e social ampliada que, como destaca Werthein (2000, p. 8), a universidade deve “colocar a sua inteligência e criatividade a serviço dos que não atingiram ainda, condições mínimas de vida”.

A visão humana e social que está na origem de seu trabalho educacional deve oferecer a todos que a frequentam e que por ela passam, muito mais do que o acúmulo de conhecimento e habilidades profissionais. Deve, antes de tudo, propiciar uma visão ampla e crítica da realidade a fim de promover a reflexão autônoma do indivíduo na formação de sua práxis profissional e social.

Como patrimônio público, a educação superior desempenha funções de caráter ético e político que ultrapassam as funções instrumentais de capacitação técnica e formação de profissionais. Seu papel na formação intelectual e moral não se limita a construção de conhecimento e promoção de valores. Sua função pública é pertinente a sua responsabilidade social, por meio da qual deve identificar as demandas sociais prioritárias e intensificar a participação de todos seus atores na socialização e aplicação dos conteúdos às necessidades cotidianas da sociedade.

O cenário político das duas últimas décadas tem sido permeado pela política de parcerias entre as diversas organizações da sociedade civil e destas com governos locais, estaduais e municipais. As universidades têm participado de parcerias, dentre elas destacam-se aquelas voltadas à temática da educação.

As atividades de parceria nas universidades caracterizam-se pela dimensão extensionista, envolvendo acadêmicos, professores e comunidade. Caracteriza-se um processo educacional que, nas palavras de Freire (1977, p. 69) “é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. As atividades extensionistas culminam em redes sociais que produzem conhecimentos.

As redes sociais são constituídas por troca de experiências entre os sujeitos da extensão, culminando num conjunto de conhecimento que permite a ampliação de visão de mundo dos envolvidos, especialmente dos acadêmicos que têm possibilidade estabelecerem relações entre os conteúdos enfatizados em sala de aula e os aspectos da realidade. Trata-se do aprendizado do exercício da relação com o Outro, da escuta do silêncio, da argumentação e da visualização das possibilidades de atuação no campo profissional em que está inserido. É um momento em que cada um dos participantes pode pensar no sentido social da ação coletiva.

Diante do exposto, cabe mencionar os principais projetos desenvolvidos na UTP e que estão voltados a processos de emancipação.

Núcleo de Estudos e Pesquisas do Terceiro Setor – NEPETS

O NEPETS – Núcleo de Estudos e Pesquisa do Terceiro Setor e Responsabilidade Social – foi criado em 2003. O seu objetivo é desenvolver estudos e pesquisas sobre o Terceiro Setor e atividades de Responsabilidade Social Empresarial no Brasil, focalizando o relacionamento entre os atores do Terceiro Setor entre si, com o Estado e com a iniciativa

privada, sempre na busca de melhor compreender o papel que cada setor exerce na sociedade, e os limites de sua atuação. Os alunos já desenvolvem estudos e pesquisas sobre o Terceiro Setor e a Responsabilidade Social, com destaque para o Grupo de Pesquisa do Curso de Direito. Nesse contexto, trabalhos de conclusão de cursos são produzidos sobre a temática e problemática em foco. A perspectiva interdisciplinar orienta a produção coletiva do conhecimento.

Projeto de estudo e pesquisa em rede interinstitucional

Em novembro de 2010 foi aprovado, pelo Observatório da Educação/CAPES/INEP – Edital n° 038/2010, o projeto de estudo e pesquisa em educação sob o título “Realidade das escolas do campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”. A Universidade Tuiuti do Paraná, por meio das Pró-Reitorias Acadêmica, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Promoção Humana, no respectivo projeto, integra a rede de universidades juntamente com a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Federal de Pelotas/RS. O projeto conta com 17 bolsas (graduandos, mestrandos, doutorandos e professores da rede pública das escolas do campo) de pesquisa na Universidade Tuiuti do Paraná. São alunos da graduação em História, Letras e Pedagogia, ao lado de mestrandos e doutorandos da área de Educação.

A elaboração do referido projeto atende à política de integração universidade-comunidade e ao princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Articula a universidade à escola pública, particularmente as municipais e localizadas na área rural da região metropolitana de Curitiba. Articula a graduação à pós-graduação *stricto sensu*, e também tem como meta estabelecer articulações com a pós-graduação *lato sensu*, mediante desenvolvimento de curso de especialização destinado aos professores das escolas do campo.

A ênfase central está na produção coletiva do conhecimento, articulando universidade e comunidade de professores que trabalham nas escolas localizadas no campo.

Programa Tuiuti de Incentivo ao Voluntariado – PROTIV

O Programa Tuiuti de Incentivo ao Voluntariado, utilizando os princípios do voluntariado educativo, promove a participação de alunos, professores e funcionários em ações e projetos sociais, aliando o conhecimento acadêmico ao desenvolvimento de habilidades solidárias, cujo objetivo é sensibilizar e incentivar o aluno à prática da ação voluntária, propagando, interna e externamente, a importância do voluntariado como instrumento de transformação social.

Projeto permanente de inclusão digital e social

O Projeto de Inclusão Digital da Pró-Reitoria de Promoção Humana, da Universidade Tuiuti do Paraná, criado em 2006, visa oferecer a funcionários, adolescentes e idosos da comunidade, economicamente carentes, cursos gratuitos de informática. O objetivo do trabalho é fazer com que os participantes possam desempenhar atividades digitais exigidas pelo mercado de trabalho e pela vida moderna e, assim, possam conhecer, através do computador, o mundo da informação e comunicação.

Durante o curso os participantes aprendem desde conhecimentos de hardware, até o uso de aplicativos para a produção de textos, planilhas, internet e outros produtos. Os adolescentes e idosos têm a oportunidade de desenvolver e fortalecer seus conhecimentos, utilizando recursos básicos de informática. Também estarão capacitados a realizar atividades básicas exigidas pelo mercado de trabalho.

Fórum Lixo & Cidadania do Paraná

Parceria iniciada em 2004, com o objetivo de conjugar esforços para o desenvolvimento de um programa de cooperação técnico-cultural-científica e de extensão, por meio de projetos específicos para as ações a serem desenvolvidas com as associações de catadores da cidade de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral. A UTP, além de promover ações educativas que abrangem todas as áreas da Universidade, visando a compreensão dos direitos e deveres humanos, a inserção social e a preservação do meio ambiente, participa ativamente do Fórum Lixo & Cidadania.

A universidade conta com trabalhos de graduação e de pós-graduação – mestrado em educação – com ênfase nas questões socioambientais. São trabalhos realizados junto a catadores de materiais recicláveis da região metropolitana.

Comissão de educação inclusiva – CEI:

A Universidade Tuiuti do Paraná, imbuída da filosofia da Promoção Humana e, com a intenção de reafirmar a crença no valor humano e o interesse de posicioná-lo como centro de suas preocupações, busca a construção de uma sociedade em benefício de todos. Por estar alerta aos avanços técnicos e científicos, ao desabrochar de uma nova mentalidade, preocupada em maximizar o seu papel social e com a igualdade de oportunidades de seu alunado, instituiu a Comissão de Educação Inclusiva, composta por representantes do corpo docente, e do corpo discente portador de necessidades educativas especiais, a qual tem por objetivo primordial: “Assegurar a igualdade dentro da diversidade humana - EDUCAÇÃO PARA TODOS”.

A CEI realiza sistematicamente um trabalho que visa garantir o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na instituição de ensino superior (alunos, funcionários, professores) por acreditar no potencial humano de cada pessoa e nos preceitos constitucionais de cidadania, democracia e participação social.

Em todos os projetos listados e os demais desenvolvidos na instituição há participação de graduandos, professores e comunidade. Dentre os projetos não listados encontra-se o de alfabetização e escolarização para os funcionários da UTP e pessoas da comunidade do entorno da instituição. Desse projeto surgiram vários Trabalhos de Conclusão de Curso e ainda uma possibilidade de atuação junto aos catadores de materiais recicláveis. O curso de Psicologia e o Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Psicologia Forense – oferece atendimento às famílias que tem problemas com relação ao uso de drogas e também questões de violência.

Dessa forma, **a responsabilidade social da instituição universitária é um processo que se constrói no cotidiano e mediante as demandas que são postas ao corpo discente e docente.** Responsabilidade, mais do que atitude, é processo de envolvimento com as questões da sociedade que está dentro e fora da instituição. E, envolver-se nas diferentes questões que

afligem a sociedade brasileira é demonstrar o grau de interesse e de busca por processos de transformação do indivíduo e das coletividades; é buscar a própria transformação. Afinal, a instituição quando é aberta a participar de diferentes projetos, ela própria modifica as suas agendas, pautas, projetos, seus recursos humanos, prioridades etc. sofrem modificações.

PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO

A categoria emancipação remete o nosso pensamento para diferentes autores que se dedicaram ao estudo da educação. É o caso de Paulo Freire que, em suas práticas e diversas obras, enfatizou a educação como prática de liberdade e o conhecimento como fundamental para ampliar a visão de mundo e a consciência do papel do Ser no mundo, com o mundo e para o mundo. Na obra *Pedagogia do Oprimido* dedicou atenção à sistematização das ideias sobre a educação dialógica ou problematizadora. Trata de uma educação voltada a processos de emancipação internos e externos. Busca-se a transformação do Ser e da própria prática, sempre em processos coletivos, pois como dizia o autor “ninguém educa ninguém, ninguém aprende sozinho”.

Em outra obra, “Extensão ou comunicação?”, Paulo Freire dedicou-se a analisar a prática do agrônomo. Ao fazer isso, demonstra que o profissional é um educador que necessita de um agir voltado ao diálogo com o camponês. Para que o diálogo floresça, é fundamental o ato de escuta. Escutar o que conta o camponês fala, apreender a sua lógica de trabalho com a terra, para então ter condições de dialogar com ele e, não meramente “receitar” produtos e condutas. Paulo Freire, Adorno, Mészáros, Suchodolski entre outros, são pensadores que nos fazem, por meio de suas obras, refletir sobre o papel da educação voltada aos processos de transformação social.

Por que denominamos processos de emancipação social? Consideramos que eles se processam em diferentes frentes, a saber:

Uma frente é interna, ou seja, mediante a participação em experiências coletivas, os sujeitos desenvolvem a interação, a fala, perdem o medo, aprendem a participar. Trata-se de uma mudança interna possibilitada pelo convívio com outras pessoas que possuem trajetórias de vida semelhantes. Essa realidade é vivida pelos acadêmicos e pelas pessoas que participam dos projetos de pesquisa e de extensão.

É comum nas falas dos entrevistados – pessoas da comunidade – a seguinte frase: “Eu tinha vergonha de falar, agora eu aprendi a lidar com o meu medo”. Entre os acadêmicos tem sido comum a seguinte frase: “Quando nós vemos a realidade e depois retomamos os textos, temos mais facilidade para expor a nossa compreensão sobre determinados assuntos”.

Uma acadêmica do Núcleo de Prática Jurídica assim expressou o seu entendimento sobre a participação num projeto denominado “Horizontes”, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho: “Eu decidi mudar o meu Trabalho de Conclusão de Curso, vou estudar o projeto Horizontes, pois é mais fácil eu falar sobre o que estou vivenciando”. Enfim, essas frases, nos remetem a pensar processos de emancipação que são internos, porém cuja problematização somente é possibilitada mediante o impulso da universidade. São os projetos inerentes ao ambiente acadêmico que possibilitam com que as pessoas possam *Ser Mais*, como escrevia Paulo Freire.

Uma segunda frente de emancipação é externa. Tomamos como exemplo o município de Araucária, região metropolitana de Curitiba. Professores das escolas rurais participam de um projeto de pesquisa vinculado ao Observatório da Educação/CAPES, num núcleo em rede

entre Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Tuiuti do Paraná. Durante um ano de atividades, os professores e acadêmicos da universidade deram visibilidade à educação do campo no referido município. A partir daí, a equipe municipal convidou os professores da rede envolvidos na pesquisa para discutir e participar da elaboração do Plano Municipal de Educação, mediante ênfase à educação do campo. Isso revela que existem processos outros de emancipação que atingem as pessoas que estão na gestão municipal, nas instâncias governamentais. Com isso, interferências no âmbito das políticas públicas podem ser provocadas.

Uma terceira frente de emancipação está sendo gestada no ambiente universitário. A aula não é mais único lugar para a formação profissional. É fundamental termos o momento do estudo, do debate orientado e aprofundado no âmbito acadêmico e científico. Entretanto, aos poucos, as instituições, e a aqui analisada, têm percebido que os processos formativos que ocorrem fora do ambiente institucional, mas por ele orientados, são fundantes para novas relações profissionais, inserção do profissional nos diferentes segmentos sociais da população, para despertar a criatividade para temas e problemas ainda pouco investigados na realidade brasileira.

Como exemplo, é possível citar a extensão desenvolvida num projeto de pesquisa sobre as escolas rurais da região metropolitana de Curitiba. Os professores das escolas rurais vieram até a sala de aula, na graduação em Pedagogia, relatar experiências com as comunidades e com a organização do trabalho pedagógico no campo. Posteriormente, os alunos realizaram trabalho de campo nas escolas públicas da região metropolitana. Acadêmicos que estão concluindo licenciaturas tiveram oportunidade de dialogar com os professores, diretores e secretários municipais de educação sobre a realidade das escolas do campo. E, com isso puderam perceber as diversas frentes de atuação profissional que ainda carecem de investimento no Brasil. Ou seja, os campos de trabalho estão abertos aos profissionais que se empreendem na elaboração de projetos e práticas em áreas problemáticas. É o caso da educação especial nas escolas rurais. Há muito que fazer nessa e em tantas outras áreas, mas os futuros profissionais necessitam cada vez mais de processos formativos com o caráter emancipatório, olhar para além da sala de aula é fundamental. Dessa forma, desenvolve-se um ensino baseado na problematização da realidade social, alunos em conjunto com as pessoas das diversas comunidades.

Nos cursos de Ciências Humanas da UTP, por exemplo, existem projetos e núcleos de estudos e pesquisas direcionados ao debate e práticas educativas vinculadas à formação de professores (inicial e continuada); educação infantil; indisciplina, educação rural, memória etc. Professores e alunos, tanto da graduação quanto da pós-graduação, participam dos grupos e núcleos, trazendo problemáticas emergentes na sociedade. Desse modo, a dimensão científica da pesquisa fica expressa na produção individual e coletiva nos grupos e núcleos de pesquisa. E, a dimensão educativa da pesquisa torna-se inerente à prática em sala de aula. São realizados trabalhos que instigam a participação dos discentes em projetos de extensão e de iniciação científica. Com isso, a aula torna-se rica em indagações oriundas da problematização que ocorre nos coletivos de pesquisa e nas ações junto às comunidades locais, revelando a intenção com os processos emancipatórios.

Santos (1996, p. 208) escreve que:

A teorização hoje dominante dos programas de extensão é reveladora dos limites da abertura da universidade à comunidade e dos objetivos que lhe subjazem. Em primeiro lugar, a abertura desempenha um importante papel de relações públicas em comunidades com longo rol de queixas e ressentimentos contra a universidade (...). Em segundo lugar, considera-se que os serviços de extensão comunitária devem ter uma forte componente técnica de modo a evitar que a universidade se substitua ilegitimamente a outras instituições ou se descaracterize no desempenho de suas funções. Por último, devem ser privilegiados os programas que envolvem poucos recursos (sobretudo humanos) e que visam ajudar um dado grupo local, sem antagonizar outros. Esta última orientação revela bem em que medida a universidade pretende controlar o seu desenvolvimento comunitário e exercê-lo de modo a manter um distanciamento calculado perante conflitos sociais.

Embora o autor revele os limites presentes nos processos de extensão, ele lembra que “(...) a concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais continua vigente no imaginário simbólico de muitas universidades e de muitos universitários e tende a reforçar-se em períodos históricos de transição ou de aprofundamento democráticos”. (p. 209). Para ele, essa realidade e ideário estão muito presentes nas universidades na América Latina.

Nos últimos anos, o Brasil tem intensificado os programas de financiamento de projetos de pesquisas com caráter de intervenção. Essa política, de certo modo, interfere na organização universitária que busca ampliar o leque de produção de conhecimento e de financiamento dos estudos de iniciação científica, bem como de grupos de pesquisa. As instituições também criam internamente os mecanismos de envolvimento dos acadêmicos em pesquisas, seja por meio de bolsas de iniciação científica, estágios voluntários e remuneração para participação em projetos de extensão.

São iniciativas governamentais e institucionais que visam dar efetividade ao princípio constitucional da indissociabilidade ensino, extensão e pesquisa, conforme disposto no artigo 207 da CF/1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob nº 9394/96, em seu artigo 52, dispõe que as universidades “são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. Tomando como referência tais princípios constitucionais e educacionais, a UTP tem consolidado a política de integração entre ensino, pesquisa e extensão, que tem como um dos pilares o vínculo entre universidade e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central deste trabalho é caracterizar processos de emancipação que acontecem no ambiente universitário e enfatizar a importância da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa.

Após descrever alguns projetos e núcleos de pesquisa e de extensão na instituição em foco, cabe apontar algumas conclusões que têm o intuito de despertar para a continuidade do debate do tema – processos de emancipação.

O que se constata na UTP é que os projetos têm demonstrado que é possível gerar impactos na realidade local, por meio de processos de intervenção. Por exemplo, reiteramos o projeto citado ao longo do texto que envolve professores das escolas rurais. Aos poucos, o

grupo de pesquisa tem recebido notícias de que os prefeitos e secretarias municipais de educação estão interessados em rever o Plano Municipal de Educação, em organizar cursos de extensão e formação continuada para os professores que trabalham nas escolas do campo. Esse resultado é muito significativo, particularmente para uma região metropolitana do porte de Curitiba e seus vinte e seis municípios. A primeira impressão é de que não existe rural na região metropolitana, entretanto, são cerca de cem escolas com classes multisseriadas nessa região. A participação dos professores no respectivo projeto amplia a visão de mundo sobre as frentes de atuação no próprio município e fazem com que os graduandos visualizem problemas e soluções que terão que enfrentar quando estiverem trabalhando nessas localidades.

Uma segunda constatação refere-se à ampliação da participação dos acadêmicos, professores e pessoas da comunidade em trabalhos em coautoria, enviados para eventos científicos e publicados em livros e capítulos de livros. Eis um papel fundamental para a universidade, ampliar a participação dos envolvidos nos projetos na produção coletiva e divulgação de conhecimentos.

Uma terceira constatação é de que integra os processos emancipatórios a rede de articulação criada pelos pesquisadores da instituição. Afinal, o crescimento da pesquisa se deve à trajetória investigativa de todos os que trabalham como professores-pesquisadores na instituição. Não são práticas que surgem para preenchimento de carga horária. São práticas e políticas gestadas em função da disposição institucional e do pessoal que nela trabalha. São práticas que surgem para aprofundar a relação teoria-prática tanto no ensino, quanto na extensão e pesquisa.

Uma quarta constatação é de que os projetos têm revelando outras demandas da sociedade em relação à universidade, a exemplo de cursos de capacitação, especialização, cursos de extensão, seminários, colaboração na organização de políticas públicas etc.

Por fim, vale dizer que as experiências revelam a necessidade de maior investimento institucional nas frentes de pesquisa e extensão, bem como aprimoramento da relação entre universidade e instituições de fomento, de modo a dar conta da demanda que emerge a partir dos das ações desenvolvidas nos projetos existentes.

A prática educativa que intenta efetivar o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa tem apresentado frutos acadêmico-científicos e sociais. No âmbito acadêmico-científico há uma modificação no contexto da pesquisa na instituição, mediante a constituição de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, revelando que a iniciativa de articulação entre ensino, pesquisa e extensão vem sendo bem sucedida. Também, a ampliação dos grupos e núcleos de pesquisa vem sendo notória nos últimos anos. Do mesmo modo, o ensino tem sido enriquecido com as práticas interdisciplinares e com a possibilidade de efetivação da iniciação científica, seja ela remunerada ou voluntária. A produção bibliográfica e a ampliação da participação do corpo docente e discente nos eventos científicos têm sido notadas pelos avaliadores dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com menção nas fichas de avaliação.

No âmbito social há destaque para o projeto com os catadores de materiais recicláveis, envolvendo vários cursos da universidade, em particular o curso de Medicina Veterinária. Há destaque para o trabalho com a inclusão educacional e com os professores das escolas localizadas no campo, duas realidades que ainda carecem de muitos estudos e iniciativas na esfera das políticas sociais. Evidencia-se, portanto, uma prática educativa coletiva que dá

evidência à responsabilidade social voltada à transformação das relações socioculturais e, particularmente, do educativo-formativo que é função primordial da instituição universitária.

No que tange à extensão universitária, ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente no trabalho com a graduação, no sentido de que a mesma propicia um amplo campo para pesquisa. Afinal, é na relação direta com os problemas da realidade e das comunidades específicas que as interrogações de pesquisa científica emergem. É nesse mesmo contato com a realidade que se torna possível uma formação educacional humana, crítica e criativa e, portanto, emancipatória.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.. **Educação e emancipação**. SP: Paz e Terra, 1995.

CURY, C. R. J.. Graduação/Pós-Graduação: A busca de uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial – Outubro de 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 24/8/2011.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. RJ: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. RJ: Paz e Terra, 1967.

GOHN, M. da G.. Orçamento público e participação popular. In: **Balço das experiências de orçamento participativo nos governos**. Fórum Nacional de participação popular nas administrações municipais; Governo do Distrito Federal, Instituto POLIS. Nº 4, 1999.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. SP: Boitempo Editorial, 2005.

MOITA, F. M. G. da S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, vol 14, n. 41, p. 269-280, maio/agosto de 2009.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2. SP: Cortez, 1996.

SEVERINO, A. J. **Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania**. Interface – Comunic, Saúde, Educ, v. 6, n. 10, p. 117-124, fev. 2004.

SUCHODOLSKI, B. **Teoría marxista de la educación**. México: Grijalbo, 1966.

WERTHEIN, J. e CUNHA, C. **Fundamentos da Nova Educação**. Brasília: UNESCO, 2000 (Cadernos UNESCO. Série educação; 5)